do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com efeitos a partir de 1 de Agosto próximo.

12 de Julho de 2005. — Pela Directora de Serviços, o Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *João José Máximo Codina*.

Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

Despacho n.º 16 345/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Julho de 2005 do director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho:

Maria Beatriz Rodrigues de Oliveira Soares, auxiliar agrícola da carreira de auxiliar agrícola do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho — reclassificada na categoria de telefonista, da carreira de telefonista, do mesmo quadro, com efeitos a partir de 8 de Julho de 2005, dia seguinte ao da data em que completou o período probatório de seis meses, em regime de comissão de serviço extraordinária, ficando posicionada no escalão 5, índice 181. A funcionária fica exonerada do lugar que vinha ocupando, com efeitos reportados à mesma data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Julho de 2005. — Pelo Director Regional, o Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *Jorge Fernandes de Brito*.

Despacho n.º 16 346/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Julho de 2005 do director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho:

Maria da Graça Pinheiro Fonseca e Gouveia, auxiliar agrícola da carreira de auxiliar agrícola do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho — reclassificada na categoria de auxiliar administrativo, da carreira de auxiliar administrativo do mesmo quadro, com efeitos a partir de 8 de Julho de 2005, dia seguinte ao da data em que completou o período probatório de seis meses, em regime de comissão de serviço extraordinária, ficando posicionada no escalão 8, índice 214. A funcionária fica exonerada do lugar que vinha ocupando, com efeitos reportados à mesma data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Julho de 2005. — Pelo Director Regional, o Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *Jorge Fernandes de Brito*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 16 347/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos conjugados dos artigos 3.º, n.º 11, 9.º e 19.º, todos do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, que aprova a Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, bem como dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, deogo na Secretária de Estado dos Transportes, engenheira Ana Paula Vitorino:

1.1 — As minhas competências relativas aos seguintes serviços, organismos e entidades deste Ministério:

- a) Comissão de Planeamento de Emergência dos Transportes Terrestres;
- b) Comissão de Planeamento de Emergência do Transporte Marítimo;
- c) Comissão Técnica dos Serviços do Registo Internacional de Navios da Madeira;
- d) Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais;
- e) Gabinete para o Desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional;
- f) Gabinete do Metro Sul do Tejo;
- g) Instituto Nacional do Transporte Ferroviário;
- h) Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.;
- i) Escola Náutica Infante D. Henrique;
- j) Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, E. P. E.;
- k) Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, E. P. E.;
- l) Caminhos de Ferro Portugueses, E. P.;
- m) Rede Ferroviária Nacional — REFER;

- n) RAVE — Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S. A.;
- o) Metropolitano de Lisboa, E. P.;
- p) Metro Mondego, S. A.;
- q) Metro do Porto, S. A.;
- r) Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A.;
- s) STCP — Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S. A.;
- t) TRANSTEJO — Transportes do Tejo, S. A.;
- u) APDL — Administração dos Portos do Douro e Leixões, S. A.;
- v) APA — Administração do Porto de Aveiro, S. A.;
- w) APL — Administração do Porto de Lisboa, S. A.;
- x) APS — Administração do Porto de Sines, S. A.;
- y) APSS — Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A.;
- z) SILOPOR — Empresa de Silos Portuários, S. A.

1.2 — Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e do despacho de delegação de competências do Primeiro-Ministro de 31 de Maio de 2005, relativo à delegação de competências nos Ministros do XVII Governo Constitucional dos poderes conferidos pelo artigo 17.º do citado Decreto-Lei n.º 197/99, as competências para:

- a) Aprovar os orçamentos privativos e as alterações dos orçamentos dos serviços, organismos e entidades referidos no n.º 1.1;
- b) Autorizar a realização de despesas que ultrapassem as competências dos dirigentes, qualquer que seja a sua natureza, dos serviços, organismos e entidades referidos no n.º 1.1;
- c) Sem prejuízo dos mecanismos que defini para a coordenação e execução do orçamento do Ministério, acompanhar e orientar a execução dos orçamentos dos serviços, organismos e entidades referidos no n.º 1.1;
- d) Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 3 740 984,22, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º;
- e) Autorizar despesas sem limite, relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º;
- f) Aprovar a escolha prévia do tipo de procedimento, ao abrigo do n.º 2 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 205.º, até aos montantes delegados nas alíneas anteriores.

1.3 — Nos termos do Código das Expropriações, a competência para a declaração de utilidade pública das expropriações requeridas pelos organismos, serviços e entidades referidos no n.º 1.1, bem como a atribuição do carácter de urgência e a autorização da posse administrativa dos bens expropriados;

1.4 — Nos termos do artigo 14.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, a competência para acompanhar, em articulação com o membro do Governo responsável pela referida área, as competências que me são atribuídas relativas aos assuntos relacionados com a Agência Europeia de Segurança Marítima.

2 — A delegação referida nos números anteriores do presente despacho inclui o poder de subdelegação, nos termos do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e compreende, nomeadamente, as competências para definir as condições económicas e técnicas que permitam desenvolver uma política integrada de transportes e para decidir todos os procedimentos instruídos nos serviços, organismos e entidades enumerados no n.º 1.1, bem como as competências para a prática de actos decisórios ou de aprovação tutelar e para apreciação de todas as formas de impugnação graciosa e, bem assim, para o acompanhamento e intervenção processual nos recursos contenciosos.

3 — Tendo presente o teor e o alcance do presente despacho, todas as intervenções feitas ou a fazer pela Secretária de Estado dos Transportes presumem-se realizadas no âmbito da delegação de competências ora conferida, sem necessidade de qualquer menção expressa nesse sentido.

4 — Nas minhas ausências e impedimentos e, cumulativamente, nas ausências e impedimentos do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, salvo indicação em contrário, a Secretária de Estado dos Transportes substitui-me, nos termos do disposto nos artigos 3.º, n.º 11, e 8.º, ambos do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril.

5 — Ratifico todos os actos praticados pela Secretária de Estado dos Transportes no âmbito das competências previstas nos números anteriores, desde 14 de Março de 2005 até à publicação do presente despacho.

7 de Julho de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.